

**EXTINÇÃO, PRESERVAÇÃO
E VITALIDADE DAS LÍNGUAS:
UMA PROPOSTA BRASILEIRA
PARA AS LÍNGUAS MINORITÁRIAS**

Diego Barbosa da Silva (UERJ)
vsjd@uol.com.br

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lançou recentemente a terceira edição do Atlas das Línguas em Perigo no Mundo, coordenada pelo linguista australiano Christopher Moseley. Nessa nova edição, cerca de 2500 das 6912 línguas do mundo (Ethnologue, 2009) estão em perigo, sendo 32,3% na América, 31% na Ásia (incluindo a parte europeia da Turquia), 14,1% na Europa (incluindo a parte asiática da Federação Russa), 11,7% na África e 10,7% na Oceania. Em comparação com os dados do Ethnologue (2009) esses números nos revelam que cerca de 90% das línguas autóctones das Américas estão na lista, 40% das asiáticas, 25% das oceânicas e 20% das africanas.

Diferentemente dos critérios utilizados nas edições de 1996 e 2001, a nova edição classifica as línguas em cinco categorias de perigo, o que ampliou o número de idiomas citados. No Brasil, 190 línguas¹⁰⁹ aparecem na lista, todas indígenas, já que a Unesco não observou as línguas alóctones no território brasileiro. Entre todas as nações do ranking, Brasil e Federação Russa encabeçam a lista de maior percentual de línguas em perigo.

Ayron Rodrigues (2008) afirma que o desaparecimento das línguas é um fenômeno global:

Há 15 anos, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura alertou às nações que o conhecimento cultural do mun-

¹⁰⁹ Entre os países com mais línguas em perigo ou extintas desde 1950, a Unesco apresenta a Índia com 196 línguas, Estados Unidos com 192, Brasil com 190, Indonésia com 147, o México e China com 144 cada, Federação Russa com 136 e Austrália com 108. Papua Nova Guiné, Indonésia e Nigéria apesar de serem o país com maiores diversidades linguísticas nessa ordem têm poucas línguas na lista da Unesco. O primeiro, 98 línguas ou 12% do total de 820 línguas, o segundo como já foi dito acima tem 147 de 742 línguas e o terceiro tem 29 línguas, ou seja, 5,6% do total de 516 idiomas.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

do está diminuindo. A variedade de conhecimento. Com a globalização, está se intensificando o processo de eliminar as minorias de uma maneira ou de outra. E isso leva embora as línguas e o conhecimento que é transmitido através delas. E isso é um fenômeno global.

Analisando o quadro abaixo do Ethnologue sobre o número de línguas faladas e o seu quantitativo de falantes, percebemos que a maioria das línguas do planeta (1.967) são faladas por até 10 mil pessoas, ou seja, 94% da população mundial fala apenas 3,8% de todas as línguas vivas hoje.

	Línguas naturais vivas			Falantes		
	Número	%	Frequência cumulativa	Número	%	Frequência cumulativa
+ de 100 milhões	8	0.1	0.1%	2.301.423.372	40.2075	40.20753%
10 a 100 milhões	75	1.1	1.2%	2.246.597.929	39.2496	79.45723%
1 a 10 milhões	264	3.8	5.0%	825.681.046	14.4252	93.88247%
100 mil a 1 milhão	892	12.9	17.9%	283.651.418	4.9556	98.83807%
10 a 100 mil	1.779	25.7	43.7%	58.442.338	1.0210	99.85910%
1 a 10 mil	1.967	28.5	72.1%	7.594.224	0.1326	99.99177%
100 a 1000	1.071	15.5	87.6%	457.022	0.0079	99.99976%
10 a 100	344	5.0	92.6%	13.163	0.0002	99.99999%
1 a 10	204	3.0	95.5%	698	0.0001	100.0 %
Desconhecido	308	4.5	100.0%			
Total	6912	100		5.723.861.210	100	

Fonte: Ethnologue, 1995.

A nova edição do atlas nos chama atenção não pela quantidade de idiomas em risco, mas pelo debate que o tema pode proporcionar. Afinal, as línguas são entendidas como parte da cultura e por isso submetidas às transformações, como afirma Roque Laraia (2004, p. 101), “cada sistema cultural está sempre em mudança”.

No Brasil, hoje existem cerca de 225 sociedades indígenas, mais cerca de 55 grupos de índios isolados, sobre os quais ainda não há informações objetivas.¹¹⁰ Essas sociedades correspondem a aproximadamente 190 línguas faladas no país, pelo menos, mais de 30 famílias linguísticas diferentes.

¹¹⁰ Os índios isolados defendem bravamente seu território e quando não podem mais sustentar o enfrentamento com os invasores de seus domínios, recuam para regiões mais distantes, na esperança de lograrem sobreviver escondendo-se para sempre. Há na Funai, desde 1987, uma unidade destinada a tratar da localização e proteção dos índios isolados, cuja atuação se dá por meio de sete equipes, denominadas Frentes de Contato, atuando nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Goiás. O objetivo é possibilitar a existência futura desses grupos.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

De acordo com a classificação genética, podemos dividir as línguas brasileiras em três grupos. O primeiro é aquele que possui famílias reunidas em troncos, o segundo é formado por famílias isoladas e o terceiro, por sua vez, constitui-se de línguas isoladas, que não pertencem a nenhuma família. No primeiro grupo temos dois troncos linguísticos principais Tupi (40 línguas e 12 dialetos distribuídos em 7 famílias e 3 línguas isoladas) e Macro-Jê (21 línguas e 19 dialetos, distribuídos em 5 famílias e 4 línguas isoladas). No segundo temos as seguintes famílias Aruak (17 línguas e 3 dialetos), Carib (21 línguas), Arawá (7 línguas), Chapacura (3 línguas), Guaikurú (1 língua), Katukina (3 ou 4 línguas), Makú (6 línguas), Múra (2 línguas), Nambikwara (3 línguas e 9 dialetos), Pano (13 línguas), Tukano (11 línguas) e Yanomami (4 línguas).¹¹¹

Dessa forma, poderíamos encarar com certo grau de naturalidade o desaparecimento de qualquer língua, assim como o surgimento de novas, baseados na ideia de transformação cultural.

Um exemplo disso é o latim, como era falado pelos romanos, que se transformou, a partir do contato com outros povos, nos idiomas neolatinos como conhecemos hoje, sem mencionar a própria língua portuguesa, com as variedades brasileira e européia, já consideradas por alguns, dialetos de uma mesma língua. Outros exemplos são as mais de cem línguas de sinais utilizadas hoje no mundo, desde as primeiras ações implantadas por l'Épée¹¹² ou ainda o processo de criouliização e pidginização que fez surgir novas línguas a partir do contato linguístico através da colonização.

Roque Laraia (2004, p. 95) destaca no Manifesto sobre aculturação, resultado de um seminário realizado na Universidade de Stanford em 1953, que

Qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico mas, antes, a passa-

¹¹¹ A família linguística do português é a Indo-Européia com quase quinhentas línguas, entre elas as línguas itálicas, germânicas, eslavas, o grego, o sânscrito e o farsi.

¹¹² O abade Charles-Michel de l'Épée (1712-1789) foi um educador francês conhecido como "pai dos surdos", considerado um dos precursores na instrução através de sinais e criador da Antiga Língua de Sinais Francesa.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

gem de uma espécie de mudança para outra. O contato muitas vezes estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas.

Ele afirma que existem dois tipos de mudança cultural: “uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”.

As línguas se transformam, pois são partes do homem e por isso modificam e são modificadas a partir da realidade representada. Destarte, Claude Hagège (2004, p. 17) afirma que “as línguas vivas não existem em si, mas por e para os grupos de indivíduos que delas se servem na comunicação cotidiana”.

No entanto, não podemos ignorar a rápida transformação no mundo e o acelerado processo e desaparecimento de línguas em um curto período de tempo. Muitos até hoje defendem o argumento ligado ao colonialismo de que as línguas desaparecem conforme o avanço das “línguas imperialistas” como o inglês, francês, espanhol e português. Sem dúvida, o imperialismo foi um dos responsáveis para isso, tanto que Crystal (2004, p. 66) diz

A língua da cultura dominante se infiltra em todos os lugares, reforçada pela incansável pressão diária dos meios de comunicação e em especial da televisão. O conhecimento e as práticas tradicionais se deterioram rapidamente. A centralização do poder na metrópole resulta invariavelmente, em perda de autonomia para as comunidades locais, e muitas vezes em um sentimento de alienação, quando percebem que não estão mais no controle do próprio destino e que as necessidades locais estão sendo desconsideradas por tomadores de decisão que se encontram distantes.

Contudo, isso não pode ser a principal justificativa. O mundo passou por grandes transformações nos últimos 500 anos, desde a formação dos Estados nacionais. Hoje vivemos a globalização em que as distâncias espacial e temporal diminuíram estrondosamente, desafiando até mesmo a possibilidade de conseguirmos acompanhar tantos avanços tecnológicos e científicos. No momento presente, é possível comunicar em tempo real com alguém que more em Tuvalu, país do pacífico sul, cuja língua nacional, o tuvaluano, está, inclusive, na lista em perigo de acordo com o atlas. Tal fato traz uma nova dinâmica política e econômica ao estudo das línguas que não pode ser ignorada.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Como consequência deste mundo globalizado, uma língua, o inglês, sobressai como idioma global e instiga a todos, porém ao contrário de que muitos acreditavam há 20 anos, essa língua, não mantém mais seu status apoiado na economia americana ou na *Commonwealth*¹¹³. Ela se apoia nas milhões de pessoas e países que a utilizam como língua internacional e que lhe impõem transformações locais, muitas, inclusive profundas, tendo como efeito disso o surgimento do hinglish, na Índia e do singlish¹¹⁴ em Cingapura, dando características locais à língua global, numa espécie de adaptação do inglês. Isso comprova que mesmo o mundo parecendo “menor” após um processo de uniformização através do inglês como muitos defendiam, um processo de diferenciação e transformação cultural pode ocorrer, inverso ao primeiro, produzindo uma nova diversidade divergente.

No Brasil, calcula-se que cerca de 1100 línguas (Rodrigues, 2008) desapareceram durante o período colonial. Atualmente restaram 190 que, segundo a Unesco, correm o mesmo risco. De acordo com a organização da ONU, uma língua morre quando morre seu último falante e com ela desaparece uma maneira de olhar e organizar o mundo, específica do povo que a falava. Com ela desaparece também o conhecimento e o saber acumulado por esse povo durante sua história.

Contudo Cristóvão Silva (2002, p. 56) amplia o significado, caracterizando a morte das línguas de três formas:

O primeiro relacionado às situações em que o pesquisador não pôde investigar o processo de desaparecimento da língua porque havia apenas um ou simplesmente poucos falantes vivos (...). O segundo está relacionado à opressão política imposta aos falantes (para não utilizarem mais a sua língua) (*complemento nosso*) (...). O terceiro caso de morte de línguas é caracterizado pelo fato de que a língua deixa de ser usada coloquialmente e é mantida apenas em situações de ritual. Muitas vezes os

¹¹³ A *Commonwealth* ou Comunidade das Nações é uma organização liderada pelo Reino Unido, chefiada pela rainha Elizabeth II e composta por 53 países, a maioria, antigas colônias britânicas.

¹¹⁴ O singlish é um crioulo de base inglesa que surgiu em Cingapura e o hinglish é considerado por enquanto uma variação do inglês com vários léxicos hindis (Rajagopalan, 2009).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

participantes do ritual em que a língua é utilizada não sabem o conteúdo semântico do que está sendo dito.

Poderíamos aumentar o sentido do segundo caso, acrescentando também, qualquer espécie de pressão simbólica que o falante possa sofrer. Tal fato pode ser visto como uma estratégia de sobrevivência e não deixa de ser uma forma de resistência, quando se abandona a língua para preservar muitas vezes a própria vida (Hagège, 2004, p. 79). Hagège vai ainda mais adiante que Cristófaró Silva quando descreve o desaparecimento de idiomas, inclusive, por causa de catástrofes naturais.

Sem dúvida, a extinção de uma língua é uma perda incomparável e inestimável para a diversidade humana, tão irrecuperável que Moseley (2009), o coordenador do Atlas, a compara com o desaparecimento de espécies de fauna e flora. Crystal (2004, p. 68) afirma que “os ecossistemas mais fortes são aqueles que têm maior diversidade, pois a uniformidade crescente traz perigos para a sobrevivência de uma espécie a longo prazo”. Embora haja todas essas formas retratadas a respeito da morte de línguas, atualmente a mais comum é a morte dos últimos falantes de uma língua como aconteceu com *eyak*, após a morte de Marie Smith Jones, no Alasca, no ano passado (UNESCO, 2009).

No entanto, considerar apenas a extinção de uma língua como um fato individual como a morte de um indivíduo não é plausível, pois a língua é social (Bakhtin, 1981) e por isso mesmo é um processo de certa forma lento, gradual e coletivo. Esse processo se inicia quando se interrompe a transmissão da língua às gerações futuras, ou seja, quando se deixa de ser ensinado o idioma do grupo e quando as crianças adotam uma nova língua materna (Hagège, 2004, p. 101).

Cristófaró Silva (2002, p. 58) nos mostra que as primeiras monografias a respeito da extinção das línguas foram Vendryes (1934), Swadesh (1948), Terracini (1951) e Cotenau (1957), preocupados em formular hipóteses sobre por que certas línguas deixam de ser usadas e são extintas. Isto comprova a longevidade de um tema que hoje se mostra mais atual que nunca tendo em vista o aumento gradativo do número de línguas ameaçadas de acordo com as edições anteriores do atlas.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Porém, como impedir tal fato? A Unesco defende a documentação e gravação de conversação para preservação. Todavia, muitas vezes exagera-se ao defender a preservação a todo e qualquer preço, pois não podemos nos esquecer também de que uma língua pode desaparecer quando o indivíduo ou grupo de indivíduos que a fala não queiram mais representar a realidade ao seu redor sob a forma dessa língua e prefiram substituí-la por outra, ou ainda modificá-la a partir do contato linguístico.

UMA PROPOSTA BRASILEIRA¹¹⁵

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem debatido a criação de um livro de registro das línguas cujo pedido foi encaminhado ao IPHAN em 2004, pelo então presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Carlos Abicalil, com assessoria do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (Ipol). Um seminário sobre o tema foi realizado de 07 a 09 de março de 2006, no Congresso Nacional. Ao longo das reuniões, ficaram claros alguns consensos: a necessidade e a importância de se proceder a um inventário das línguas e falares do Brasil; a atenção para não “aprisionar” as línguas em fronteiras geopolíticas (como no caso de línguas indígenas faladas em mais de um país da América do Sul); o imperativo de se firmarem parcerias com outros órgãos públicos, tanto em nível federal, como entre a União, estados e municípios; a necessidade de se sensibilizar a sociedade, pelos mais diversos meios, para o reconhecimento da pluralidade linguística do Brasil, e para a necessidade de se formular e implementar políticas nesse sentido (IPHAN, 2007)¹¹⁶.

O Grupo Interinstitucional para o Reconhecimento da Pluralidade Linguística Brasileira (GTLB), formado após o seminário por instituições governamentais e não governamentais, se reuniu diversas

¹¹⁵ Outra iniciativa é o projeto Atlas Linguístico do Brasil (AliB), que reúne diversos pesquisadores de dialetologia de todo o país. Segundo Carolina Cantarino (2007), a proposta do atlas, lançado em 1996, é realizar um mapeamento geolinguístico dos diferentes dialetos falados em cada um dos estados brasileiros.

¹¹⁶ Ficou definido também que seja incluído no censo a ser realizado em 2010 pelo IBGE o quesito linguístico.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

vezes e decidiu distinguir o inventário de línguas nacionais do livro de registro de línguas. O último seria feito após o primeiro.

Assim, o primeiro edital do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) foi lançado em 15 de setembro de 2008 pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN prevendo contemplar projetos referentes a três línguas indígenas, uma falada por poucos indivíduos, uma falada por 100 a 300 indivíduos e outra por uma comunidade numerosa. Além das indígenas, seriam selecionados projetos referentes a uma língua de imigração, a uma língua de comunidade afro-brasileira, a uma língua crioula e a uma língua de sinais. Os projetos selecionados, em novembro de 2008 foram: o Inventário da língua Asuriní do Tocantins, o Inventário da língua Juruena do Xingu e o Inventário da língua de sinais em comunidades de surdos de João Pessoa e de Recife.

Rosângela Morello e Gilvan Müller (2007) defendem que a política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras deve ser composta de três etapas, sem as quais o registro jurídico não se efetivaria. Por isso defendem: 1) a promoção do direito às línguas, 2) a instalação de políticas de registro e circulação das línguas e 3) a elaboração de equipamentos – instrumentos e dispositivos – articulados às políticas linguísticas. Tais etapas trazem a tona uma nova discussão sobre o sentido e a finalidade do registro e da política de preservação de línguas. Além disso, reforçam a importância do indivíduo-falante no processo de preservação e vitalidade das línguas e cobram ações governamentais para a efetividade dessa preservação. A língua ganha um novo valor, uma nova significação social, quanto lugar de memória e construção do saber.

Vale ressaltar que existem vários sentidos para preservação e não estamos nos referindo a que consiste apenas em registrar, gravá-la e documentá-la, mas sim defendendo aquela capaz de manter a língua utilizada viva, como patrimônio, expressão e valor de um povo, afinal como David Crystal (2004, p. 68) afirma “se a diversidade é um pré-requisito para o sucesso da humanidade, então a preservação da diversidade linguística é essencial, pois a línguas está no cerne do que significa ser humano”.

Calvet (2000, p. 35) nos deixa bem clara sua posição, quando diz que

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Cabe nos perguntar se é possível defender (ou salvar) um idioma contra a vontade dos falantes. Pois nesse caso, o que está em jogo não é a língua, mas o valor que seus falantes lhe atribuem. A política linguística não deve ignorá-los. Em efeito, um idioma não desaparece apenas porque outro o domina, mas também e talvez somente porque os cidadãos aceitam e decidem abandoná-lo e não transmiti-lo a seus filhos. (*Tradução nossa*).

O artigo 4º, inciso 2 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1996 atesta que

A assimilação – entendida como a aculturação das pessoas na sociedade que as acolhe, de forma que substituam suas características culturais de origem pelas referências, valores e comportamentos próprios da sociedade receptora – não deve ser por motivo algum forçada ou induzida, mas sim resultado de uma opção plenamente livre.

Portanto, dentro desse sentido de preservação, devemos ter sempre em mente que o indivíduo-falante deve ter o direito de escolher qual língua quer utilizar, seja ela dos seus ancestrais, materna ou de maior prestígio nacional e internacional, porém não nos resta dúvida que o Estado deve proporcionar meios para que essa escolha seja feita em pé de igualdade entre as línguas. O Estado deve garantir que o indivíduo de uma língua ameaçada possa continuar a utilizar seu idioma, se assim desejar, e não a substitua por outra que possa asseverar melhor cidadania e acesso à educação e outros direitos. A mesma declaração acima citada, declara esses direitos.

Calvet (2005, p. 1) afirma que “devemos nos preocupar com as necessidades linguísticas das pessoas e sobre as funções das línguas que elas utilizam: a gestão política das línguas passa pela análise de suas funções práticas e/ou simbólicas”. Ele vai ainda adiante ao indagar “para que querem os falantes transcrever, estandardizar, proteger, oficializar suas línguas? Somente (quando questionarmos isso) será possível considerar o problema da intervenção em termos de política/planificação linguística” (tradução nossa).

Contudo, não podemos ignorar que falar em preservação de línguas em regiões que estão em guerra ou dizimadas pela fome pode parecer um luxo irrelevante e que para a preservação linguística precede uma série de políticas públicas no âmbito do combate a fome, a miséria e em prol de uma educação, saúde e saneamento básico de qualidade (Crystal, 2004, p. 71).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

No mundo de hoje, talvez seja difícil que todas as línguas ameaçadas possam representar o mundo globalizado com tantos vocábulos tecnológicos e científicos que surgem a todo momento, já que a maioria delas, muitas vezes, representam um saber local, ordenam um mundo restrito às práticas do cotidiano e traduzem os costumes e história dos povos que as falam, numa relação íntima de pertencimento. E também a substituição de uma língua por outra não é necessária, a não ser que se tenham fins políticos específicos. Pois pode-se criar um ambiente bilíngue ou trilingue (língua local/língua franca/língua oficial), onde a língua local possa conviver com a língua global em harmonia, num ambiente em que o conhecimento e saber locais possam interagir com a tecnologia global em prol da preservação cultural. Mas também isso não é impossível, pois a língua européia não é emancipada, emancipadora, mais desenvolvida ou mais civilizatória (Barber, 2005). Mas para isso é necessário consciência política e investimento estatal, no caso do Brasil, seja ele federal, estadual ou municipal, principalmente na criação de escolas indígenas e ampliação de políticas públicas.

Para concluir esta reflexão, gostaria de citar Claude Hagège (2004, p. 19):

No entanto, não faltam outros meios para comunicar e a época contemporânea faz crescer ainda mais a sua quantidade e eficácia. Perpetuando-se, continuando a lançar um desafio à morte, mesmo através de grandes perdas, as línguas propõem-nos um modelo de imortalidade. Almas sem limites e sem contornos, as línguas são reflexos do infinito.

Ele nos lembra que, apesar de as línguas desaparecerem e se transformarem, a língua, como parte da linguagem, é intrínseca, imortal enquanto existir o homem, logo, essa dinâmica provocada pela globalização merece a nossa atenção não só quanto linguistas, mas principalmente como cidadãos.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARBER, Karin; RODRIGUES, Ângela Lamas. Dominação e Resistência na África: A Questão Linguística. **In:** *Gragoatá*, nº 19 – 2º sem. 2005, Niterói: Eduff, 2005.

CALVET, Jean-Louis. El porvenir de las lenguas in Guerra y paz em el frente de las lenguas. *Revista El Correo Unesco*. Paris, abril, 2000.

———. Globalización, lenguas y políticas lingüísticas in Synergie. Santiago, 2005. Disponível em: <http://perso.wanadoo.fr/Louis-Jean.Calvet/> Acesso em: 10 jul. 2008.

CANTARINO, Carolina, Diversidade verde-amarela. **In:** IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Revista eletrônica do IPHAN, *Dossiê línguas do Brasil*, nº 6 – jan/fev, 2007. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br> Acesso em: 18 dez. 2008.

CRYSTAL, David. *A revolução da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ETHNOLOGUE, *Languages of the world*. Disponível em: <http://www.ethnologue.org> Acesso em: 28 mar. 2009.

HAGÈGE, Claude, *Não à morte das línguas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Revista eletrônica do IPHAN, *Dossiê Línguas do Brasil*, nº 6 – jan/fev, 2007. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br> Acesso em: 18 dez. 2008.

LARAIA, Roque de Barros, *Cultura, um conceito antropológico*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MORELLO, Rosângela & OLIVEIRA, Gilvan Müller. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. **In:** IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Revista eletrônica do IPHAN, *Dossiê Línguas do Brasil*, nº 6 – jan/fev, 2007. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br> Acesso em: 18 dez. 2008.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

MOSELEY, Christopher, Entrevista a Unesco *Cada Idioma es un universo mental estructurado de forma única* de 18 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org> Acesso em: 21 fev. 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Muller (org.), *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, Novas Perspectivas em Política Linguística*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil, Minicurso Introdução à política linguística. **In:** *VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa: Abralín, 2009.

RODRIGUES, Aryon, *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

———. Entrevista à Agência Brasil de 27 de julho de 2008.

SILVA, Thaís Cristóforo, *Morte de língua ou mudança linguística?*, Revista do Museu Antropológico, Volumes 5-6, Número 1. Goiânia: UFG, 2002.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, *Atlas de las lenguas em peligro en el mundo*. Disponível em: <http://www.unesco.org> Acesso em: 21 fev. 2009.